

VII Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad



Este trabajo está licenciado bajo la licencia Creative Commons Attribution 3.0. Fonte: <http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/schedConf/presentations>. Acesso em: 13 mar. 2019.

REFERÊNCIA

COSTA, Thiara de Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. Acesso aos documentos de pesquisas científicas: um possível diálogo entre a Ciência da Informação e a Arquivologia. In: SEMINARIO HISPANO-BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EN INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD, 7., 2018, Madrid; Murcia. **Anais eletrônicos** [...]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Universidad de Murcia, Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/view/415/46>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Acesso aos documentos de pesquisas científicas: um possível diálogo entre a Ciência da Informação e a Arquivologia

Thiara de Almeida Costa
Universidade de Brasília
thiara@unb.br

Cynthia Roncaglio
Universidade de Brasília
roncaglio@unb.br

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do desenvolvimento das funções típicas de uma universidade: ensino, pesquisa e extensão, os professores e pesquisadores produzem estudos e pesquisas científicas que geram documentos arquivísticos de grande relevância para o desenvolvimento da sociedade. Neste artigo aborda-se o acesso aos documentos científicos produzidos em decorrência das atividades de pesquisa realizadas em universidades públicas federais, sob a luz de duas disciplinas científicas, a Ciência da Informação e a Arquivologia, as quais têm em comum a finalidade de facilitar a recuperação e o acesso à informação.

Antes de abordar os documentos produzidos no âmbito das atividades de pesquisas científicas, faz-se necessário rever alguns aspectos que são essenciais para a compreensão do estudo que será aprofundado durante a pesquisa de mestrado¹. A Ciência da Informação é um campo de estudo cujo objetivo visa atender o indivíduo que necessita da informação acessível. Nessa perspectiva, podemos recorrer aos autores Wersig e Nevelling (1975) que afirmam que transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social que parece ser o verdadeiro fundamento da Ciência da Informação. Portanto, uma das funções precípuas dos profissionais da informação é proporcionar o acesso à informação, que possibilitará o acesso ao conhecimento.

¹ Trata-se de pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da

A Arquivologia também desenvolve uma série de procedimentos e intervenções com a finalidade de propiciar o acesso aos documentos e às informações relevantes que possam contextualizar as condições de produção desses documentos. Dentre as funções arquivísticas mais relevantes para que se obtenha acesso à informação destaca-se a classificação, a avaliação, a descrição e a indexação (COUTURE, 1998).

Nesse sentido, verifica-se a relevância de discutir a garantia do acesso aos documentos de arquivo produzidos por docentes/pesquisadores como fonte de informação e conhecimento.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo se caracteriza como qualitativa, com nível de caracterização exploratória, descritiva e explicativa, tendo em vista que foi realizada uma revisão de literatura sobre alguns conceitos da Ciência da Informação e da Arquivologia que contribuem para a análise sobre acesso aos documentos de arquivo oriundos de pesquisas científicas em universidades públicas federais.

3 A QUESTÃO DO ACESSO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E NA ARQUIVOLOGIA

O acesso à informação é uma questão central para a Ciência da Informação (CI) desde o seu surgimento. Autores como Wersig e Neveling (1975), Le Coadic (1996) e Saracevic (1996) vinculam o surgimento da CI à necessidade de recuperação da informação no período pós-guerra, por volta dos anos 1950, resultante do volume crescente de informações possibilitado, entre outros fatores, pelo incremento das tecnologias. Para Wersig (1993) a CI é um protótipo de ciência pós-moderna, que despontou em virtude da necessidade de estratégias para resolver problemas causados pela ciência e pela tecnologia. A partir daí, consolidou-se a ideia de que a CI tinha por objeto os estudos dos fluxos, dos caminhos percorridos pela informação, sua manifestação em diferentes produtos e serviços.

Borko (1968), em seu conhecido artigo intitulado *Information Science: what is it?*, define a Ciência da Informação como: “uma disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso.” (BORKO, 1968, p.1, tradução nossa).

Tal posicionamento vislumbra uma latente função social da Ciência da Informação que é promover subsídios metodológicos para facilitar o acesso e uso da informação científica. Tal visão é ratificada pela preocupação da CI com o corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e ao uso da informação.

Segundo Borko (1968, p. 1), a CI está consolidada tanto como uma ciência pura, que possui tanto aspectos relativos à pesquisa dos fundamentos e aspectos epistemológicos, quanto como uma ciência aplicada, possuindo vertente prática relativa ao desenvolvimento de produtos e serviços. Para o autor, uma das necessidades de existência da CI é a de construção de métodos e estratégias de organização, compartilhamento e fluxos de informação como condição *sine qua non* para o desenvolvimento da comunicação científica.

Nessa mesma linha de pensamento, Brookes (1980) situa a CI como a ciência responsável por organizar os produtos científicos resultantes de pesquisas, trabalhos e histórias que fazem parte do legado de nossas tradições. Por meio do trabalho de Brookes (1980), o pluralismo metafísico de Popper tem sido ligado à visão cognitiva da informação. A teoria de Popper, a grosso modo, consiste em compreender a realidade a partir da interação entre 3 mundos: o Mundo 1 é o mundo real (objetos e estados físicos); o Mundo 2 é a percepção de mundo (consciências e estados psíquicos); e o Mundo 3 é formado pelos conteúdos intelectuais, tais como os contidos em livros e documentos de arquivo. Brookes situa a informação no Mundo 3 de Popper e criou a seguinte fórmula para representá-la: $K[S] + \Delta = K[S + \Delta S]$, onde a estrutura do conhecimento $K[S]$ é modificada pela informação $\Delta [I]$ e transformada em uma nova estrutura $K[S + \Delta S]$, com ΔS indicando os efeitos da modificação.

Para Pinheiro (1995), a CI tem seu próprio *status* científico como ciência social que é, portanto, interdisciplinar por natureza, e apresenta interfaces com a Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva, Sociologia da Ciência e Comunicação, dentre outras áreas que vêm da bifurcação de documentação e da recuperação da informação. Segundo a autora, o objeto de estudo da CI é a informação em diferentes contextos sejam esses científicos, tecnológicos, educacionais, políticos, artísticos ou culturais. O estudo da CI parte do reconhecimento de sua natureza social, forte e profundamente relacionada à Tecnologia da Informação e do novo papel da

informação na sociedade e cultura contemporâneas, com natureza interdisciplinar, conectada inexoravelmente a Tecnologia da Informação e participa ativa e deliberadamente da evolução da Sociedade da Informação.

A partir dessas várias facetas da CI, expressas aqui pelo viés de alguns autores da área, é possível estabelecer um diálogo da CI com a Arquivologia, campo que estuda o documento de arquivo, isto é, a informação orgânica registrada e que tem como objetivo principal dar acesso à informação. Tanto a CI quanto a Arquivologia possuem características das ciências sociais, quanto ao acesso à informação e ao papel social de difusão do conhecimento. Segundo Bellotto (2015, p. 5, tradução nossa), o objetivo da Arquivologia é propiciar, por meio de suas teorias, metodologias e práticas, a acessibilidade à informação². E esse é o ponto convergente no diálogo entre CI e Arquivologia: tanto uma quanto a outra visam proporcionar o acesso às informações e desenvolvem estudos e métodos para isso.

3.1 O acesso à informação na visão de Borko e de Rousseau e Couture

Harold Borko (1922-2012) foi um estadunidense, formado em Psicologia com ênfase em Psicologia em Geral e aplicações informáticas à pesquisa psicológica. Conforme destacado por Silva (2016, p. 35), a dinâmica acadêmico-profissional de Borko indica uma relação de pesquisas e premissas epistemológicas realizadas a partir da Psicologia, o que incide nas suas contribuições para o campo da Ciência da Informação em uma tonalidade marcadamente voltada para a área da epistemologia (inserindo na CI uma ênfase psicológica e um estímulo à construção de pesquisas nesse campo) e da representação da informação (envolvendo fundamentos e métodos para a indexação).

Em seu artigo aqui já citado, *Science Information: What's it?*, escrito em 1968, na ocasião em que ocorre a modificação da nomenclatura do American Institute Documentation (Instituto Americano de Documentação) para *American Society for Information* (Sociedade Americana para a Ciência da Informação), Borko traz um novo conceito sobre a Ciência da Informação, considerado hoje como um dos autores clássicos da área, citado por vários autores e pesquisadores da Ciência da Informação.

² El objetivo de la Archivística, por medio de sus teorías, metodologías y aplicaciones prácticas, es la accesibilidad a la información.

Segundo Silva (2016) em seu artigo intitulado *Trajetórias e contribuições de Borko para a CI*, em relação ao acesso e o uso da informação, estes elementos se configuram como a principal função social da Ciência da Informação em nível global. Para esse autor, a construção das metodologias na Ciência da informação deve expressar uma dinâmica heurística para o intercâmbio da comunicação da informação científica.

Já os canadenses Carol Couture e Jean-Ives Rousseau, publicaram em 1994 uma obra de importância para a Arquivologia intitulado *Les Fondements de la discipline archivistique*, onde são identificadas e analisadas as funções arquivísticas, visando garantir o acesso aos documentos de arquivo, por meio de uma visão integrada do ciclo vital dos documentos de arquivo.

Apesar de os estudos aqui expostos serem produzidos num lapso de tempo de trinta anos, é possível estabelecer uma ponte entre eles e evidenciar um certo paralelismo entre o ciclo informacional de Borko (1968) e o fluxo integrado apresentado por Rousseau e Couture (1998), por meio das funções arquivísticas.³ Observa-se que ambos contemplam desde a criação/produção das informações e/ou documentos de arquivo até a sua destinação final, cumprindo a função maior para a qual foram produzidos.

3.2 O acesso aos documentos de cientistas nas universidades federais brasileiras

Tanto no âmbito da Arquivologia como no campo da Ciência da Informação constata-se a relevância em discutir a importância do acesso aos documentos de arquivo oriundos da produção científica, considerando a sua relevância para a memória do desenvolvimento científico e institucional.

Segundo Paulo Roberto Elian dos Santos (2010, p.124-125), os arquivos científicos são todas as fontes arquivísticas que permitem estudar a evolução das políticas de ensino e pesquisa, a evolução das disciplinas ou ainda o papel dos cientistas no desenvolvimento do conhecimento. Santos estabelece ainda quatro modalidades de instituições produtoras de arquivos relacionados à ciência, a saber: 1) Ministérios,

³ Couture e Rousseau usam o conhecido artigo de Borko na referida obra, no capítulo 2 – *O lugar da arquivística na gestão da informação*. Ver edição em português de Portugal. ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. Fundamentos da Disciplina Arquivística. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Portugal: Lisboa, Dom Quixote, 1998. p. 304.

secretarias e agências de formulação, fomento e implementação de políticas científicas; 2) Centros e institutos de pesquisa; 3) Universidades; 4) Sociedades científicas.

Trata-se de um tema ainda pouco explorado nas pesquisas científicas brasileiras e carece de reflexões no contexto das universidades brasileiras, geradoras e mantenedoras de grande parte do conhecimento científico brasileiro. Tal constatação permite que a pesquisa em curso possa contribuir para estudos, tanto na área da Ciência da Informação quanto na área da Arquivologia, tendo em vista as múltiplas possibilidades de discussão e, inclusive, a necessidade de fomento de políticas de acesso aos documentos de arquivo produzidos no âmbito de universidades públicas federais, decorrentes de pesquisas científicas, as quais servem a inúmeras finalidades e interesses de pesquisa em variados campos do conhecimento.

De acordo com Rodrigues (2014, p. 20-21), são necessários mais estudos e sensibilização das universidades públicas, Institutos, Centros e Sociedades científicas, bem como dos cientistas para a importância dos arquivos de ciência e de seu acesso. As questões relacionadas à organização e acesso à informação tornaram-se mais proeminentes com o advento da Lei de Acesso à Informação n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, em que os cidadãos passaram a ter “maior consciência” sobre o seu direito de acesso às informações públicas, sem necessidade de justificar a finalidade, embora esse acesso já tenha sido normatizado no Brasil desde a Constituição Federal promulgada em 1988. Em seu artigo 5º, inciso XXXIII, está regulamentado que:

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Também o § 2º do artigo 216 da referida Constituição estabelece que cabe à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Posteriormente essa premissa do acesso é ratificada tanto pela Lei 8.159 de 11 de janeiro de 1991, conhecida como a Lei de Arquivos, quanto pela Lei de Acesso à Informação também conhecida como LAI.

A partir da LAI, o acesso tornou-se regra e o sigilo exceção. Entretanto, para que essa documentação seja disponibilizada ao cidadão e tenha pleno acesso, pressupõe-

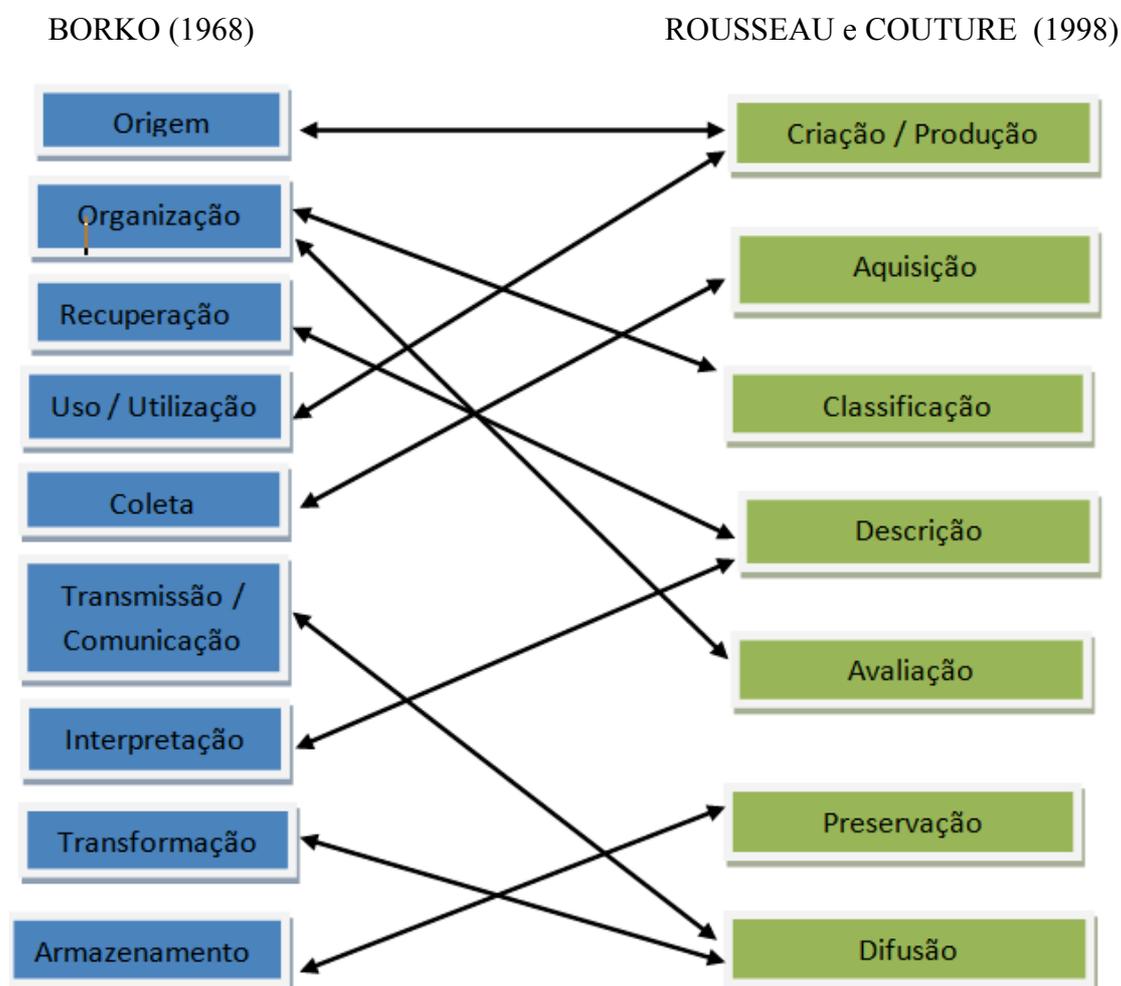
se prévia organização, intelectual e física. Isso será possível apenas após o estabelecimento de um programa de gestão de documentos e da formulação de políticas arquivísticas de gestão e preservação de documentos nas universidades federais brasileiras.

Rodrigues (2014, p.8) ratifica essa afirmação alegando que o pleno acesso, com base na tipificação de acesso postulada por Taylor (1984), necessita de três condições: o acesso físico que exige a preservação e conservação da documentação física; o acesso intelectual, por meio dos instrumentos de pesquisa e o acesso legal, por meio das normas jurídicas.

Um dos pressupostos da pesquisa em curso é que, devido ao Plano de Classificação Atividade-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) contemplar apenas parte dos documentos de arquivo de caráter acadêmico e administrativo das atividades realizadas nessas instituições, os documentos oriundos de pesquisas científicas estão geralmente em poder dos docentes/pesquisadores e, conseqüentemente, nem sempre estão acessíveis ao público. Constata-se, ainda, que a maioria das universidades públicas federais não possui, ou pelo menos não apresenta formal e publicamente, suas políticas arquivísticas de uso e tratamento dos documentos de arquivo. Daí a importância de discutir nesse contexto as funções arquivísticas de produção, classificação, avaliação, descrição, aquisição, difusão e preservação dessa documentação, a fim de definir em que medida esses documentos podem ou devem fazer parte de uma política de custódia, preservação e acesso. É também relevante verificar a percepção dos docentes e pesquisadores quanto ao acesso público a esses documentos.

Retomando a possibilidade de um diálogo entre a CI e a Arquivologia, constata-se que o acesso à informação é um dos principais pilares da CI e perpassa as funções arquivísticas, apresentadas por Rousseau e Couture (1998), como: criação/produção; classificação; avaliação; descrição/indexação; aquisição; difusão e preservação. Tais funções arquivísticas, conforme mencionado anteriormente, podem ser relacionadas aos processos elencados por Borko (1968), como: origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação.

No quadro abaixo constam as etapas do ciclo informacional apresentadas por Borko (1968) e as funções arquivísticas apresentadas por Rousseau e Couture (1998) que, de modo ideal, também ocorrem em etapas sucessivas.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

É possível observar nesse quadro a relação entre as características do ciclo informacional descrito por Borko (1968) com as funções arquivísticas definidas por Rousseau e Couture (1998). Cabe ressaltar, no entanto, que não há uma ordem de etapas similar entre uma e outra, mas noções aproximadas sobre como tratar e analisar os documentos e as informações.

Há aproximações, por exemplo, entre origem e uso da informação com a função arquivística criação/produção, a qual é definida por Rousseau e Couture como o registro das informações em decorrência de atividades desempenhadas em uma

instituição ou por uma pessoa. A organização está diretamente ligada às funções de classificação, avaliação e descrição, tendo em vista serem essas funções responsáveis por organizar a informação e categorizar conjuntos documentais, conforme suas atividades ou funções (classificação); analisar os documentos, estabelecendo prazos de guarda e de destinação final (avaliação); e descrever conteúdos relacionados tanto aos documentos quanto aos contextos informacionais relacionados aos produtores e às funções e às atividades (descrição/indexação). Após a organização, torna-se possível recuperar a informação. Recuperada a informação, presume-se a difusão, a partir da transmissão e comunicação da informação. Além disso, deduz-se que o armazenamento adequado das informações permitirá a sua preservação. O objetivo final de todo esse ciclo é estimular o uso e dar acesso aos documentos de arquivo.

A partir do levantamento dos autores elencados acima, podemos situar o acesso aos documentos de arquivo produzidos por docentes/pesquisadores no Mundo 3 de Popper, conforme Brookes (POPPER, 1972 apud BROOKES,1980). Este autor considera a CI também como a ciência responsável por organizar os produtos científicos resultantes de trabalhos e pesquisas científicas. O que é bastante coerente, tendo em vista o fato de que para ter acesso aos documentos de arquivo, estes devem estar devidamente organizados.

Tendo como base a experiência de produção de documentos no âmbito da Universidade de Brasília, verifica-se a necessidade de sensibilizar os produtores dos documentos e mais especificamente sensibilizar os docentes e pesquisadores sobre o caráter público da maioria dos documentos produzidos em decorrência de suas pesquisas científicas, ademais realizadas com fomento de agências públicas de pesquisa e recursos públicos federais. Assim como é necessário pensar e criar mecanismos de uso, compartilhamento e o reuso das informações e/ou documentos produzidos.

Portanto, é essencial uma série de medidas estratégicas e metodológicas para tratar desse tema no âmbito das universidades, que favoreçam o uso e acesso às informações e aos documentos, dentre elas: elaboração de políticas de aquisição de documentos “privados” que possam ter relevante interesse público; previsão no plano de classificação dos tipos de documentos produzidos no âmbito das pesquisas científicas; difusão/transmissão e comunicação dos conhecimentos gerados em decorrência das pesquisas científicas.

4. CONCLUSÕES

Para dar acesso aos documentos de arquivo e às informações relevantes para o usuário são realizadas várias etapas de organização da informação, que na Arquivologia, são nomeadas funções arquivísticas, elencadas por Rousseau e Couture (1998) como: criação; classificação; avaliação; descrição/indexação; aquisição, difusão e preservação. Na CI o ciclo informacional preconizado por Borko (1968) é amplamente difundido e caracteriza-se também por estabelecer etapas que envolvem esse ciclo que são a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e o uso da informação. Portanto, verifica-se que tanto a CI quanto a Arquivologia, respeitadas suas especificidades teóricas e metodológicas, possuem pontos em comum tanto no que se refere ao seu objeto de estudo – a informação registrada – quanto à sua finalidade – recuperar e dar acesso à informação.

Ademais, constatamos nessa análise das similaridades e diferenças entre a CI e a Arquivologia quanto à organização da informação, notadamente pela interpretação de Borko e de Rousseau e Couture, respectivamente, que ambas as ciências podem ser úteis para os estudos sobre os documentos resultantes de pesquisas científicas realizadas no âmbito das universidades. Sobretudo porque esses documentos financiados com recursos públicos, embora importantes para o desenvolvimento científico e para a compreensão da história da ciência e dos cientistas, geralmente não são contemplados nos instrumentos técnicos que classificam e avaliam os documentos de arquivo das universidades e, portanto, não são recolhidos sistematicamente e não fazem parte do acervo das instituições arquivísticas.

No Brasil, embora já existissem a Constituição de 1988 e a Lei de Arquivos, de 1991, foi demonstrada aqui a importância da lei de Acesso à Informação de 2011 que passou a exigir maior responsabilidade dos órgãos quanto aos serviços de informação prestados e ao princípio de transparência e publicidade, possível somente a partir da organização da informação para dar acesso pleno à informação.

Ao fim, entendemos que no caso específico dos documentos de pesquisas científicas produzidos pelas universidades públicas federais, que são objeto da pesquisa em curso, eles ainda necessitam ser melhor estudados, conhecidos e analisados. A linha tênue entre o público e o privado ainda precisa ser amplamente debatida e os

produtores, docentes/pesquisadores precisam ser sensibilizados e participar desse debate a fim de se estabelecer políticas de custódia, preservação e acesso.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Archivística, arquivos y documentos*. Archivos y documentos: textos seminales / Ana Célia Navarro de Andrade (Org.): Associação de Arquivistas de São Paulo: ARQ-SP, 2015.

BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, v. 19, n.1, 1968.

BRASIL. *Lei nº 8.159, de 11 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 08 de jun. 2018.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 08 jun. 2018.

BROOKES, B.C. The foundations of information science: Part I: Philosophical Aspects. En: *Journal of Information Science*, n. 2, 125-133, 1980.

LE COADIC, ves-François. *A Ciência da Informação*. Tradução de Maria Yêda F.S. de Figueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

RODRIGUES, Georgete Medleg . A ciência sob sigilo – Os arquivos de ciência na Lei n. 12.527 e sua invisibilidade nas instituições públicas. In L.M.V. de Oliveira, M.C. S. de M e Silva (Orgs.). *Lei de acesso à informação: impacto e limites nos arquivos de ciência e tecnologia* (p. 07-22). Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014.

PINHEIRO, L.V. R.; LOUREIRO, J.M.M. Traçados e limites da ciência da informação. *Ciência da Informação*, v. 24, n.1, p.42-53, jan/abr.1995.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. *Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Portugal: Lisboa, Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma ciência*. Rio de Janeiro, Faperj, 2010.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, PP. 4-62, jan/jun. 1996.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Trajetórias e contribuições de Harold Borko para a Ciência da Informação no âmbito do artigo 'Information Science: what is it?'. Revista Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan/jun. 2016.

TAYLOR, Hugh A. *Los Servicios de archivo y el concepto de usuario: estudio del RAMP*. Paris: UNESCO, 1984.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. *The Information Scientist*. v.9, n.4, 1975. Versão traduzida para português por Tarcísio Zandonade: Wersig & Neveling. Os fenômenos de interesse para a Ciência da Informação.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v.29, n.2, p.229-239, 1993.